

O CENÁRIO ATUAL E O PLANO NACIONAL DE EXPORTAÇÕES

As perspectivas para o comércio exterior brasileiro em 2015 são ruins. A corrente de comércio deverá recuar pelo segundo ano consecutivo e ficar distante dos US\$ 482 bilhões alcançados em 2013. O grau de abertura diminuirá, reduzindo nossa integração à economia mundial.

Do lado das exportações, a queda em relação a 2014 dificilmente poderá ser evitada. Os produtos básicos respondem atualmente por quase metade de nossa pauta de exportação e a maioria deles enfrenta fortíssimo declínio nos preços, como já evidenciado no primeiro bimestre do ano. De fato, a queda dos preços vem se mostrando particularmente severa no caso de nossas três principais *commodities*: o minério de ferro (-48%), o petróleo bruto (-55%) e o complexo soja (-18%). Alguns preços poderão registrar recuperação no restante do ano e, de outro lado, as quantidades exportadas deverão aumentar, como já vem acontecendo. Mas a receita exportadora de produtos básicos, que registra queda de 17% no bimestre, não pode senão se contrair em 2015. E os restantes 50% da pauta, constituídos pelos produtos industrializados, não compensarão essa queda. A rigor, mesmo com uma taxa de câmbio mais favorável, a exportação de produtos manufaturados continuou se reduzindo (-13,1%) no primeiro bimestre de 2015, enquanto os semimanufaturados cresceram apenas ligeiramente (0,8%). Nos próximos meses o câmbio poderá sofrer nova desvalorização, mas a demanda externa continuará fraca, exceto em poucos mercados (EUA) e neles a concorrência é muito acirrada.

Do lado das importações, o cenário também é de queda acentuada de nossas compras externas. As previsões para o ritmo da atividade doméstica continuam piorando, a confiança dos empresários permanece em nível muito baixo e o câmbio está desvalorizando. No primeiro bimestre, a queda das importações já alcançou 10,2%. As importações, portanto, também deverão cair.

Com ambos os fluxos encolhendo, o saldo da balança comercial dependerá de qual deles haverá de registrar a queda mais expressiva, lembrando que o ponto de partida já é de um déficit bastante significativo. É verdade que a mediana das previsões do mercado ainda projeta um saldo positivo. Implicitamente, contudo, essas previsões contemplam uma recessão bastante severa e/ou uma desvalorização bem mais significativa que a ocorrida até o momento. Se positivo, portanto, o saldo dificilmente será motivo de festejo.



É nesse contexto que o governo pretende anunciar em breve um novo programa de comércio exterior, o Plano Nacional de Exportações. O que esperar de um plano a ser divulgado em cenário tão adverso?

Em primeiro lugar, seria desejável que o plano não apontasse apenas para objetivos de curto prazo. Expandir as exportações e contribuir para reverter a tendência deficitária da balança comercial são metas importantes, pois nosso saldo em transações correntes já atingiu nível crítico. Mas aumentar as exportações não pode ser o único alvo: o volume de nosso comércio está se reduzindo e o grau de abertura da economia está regredindo. Portanto, aumentar a corrente de comércio e ampliar a integração à economia mundial deveriam ser a prioridade. Esse objetivo, se claramente explicitado, revelaria que nossa percepção de mundo mudou, tornando-se mais ampla e menos mercantilista, e que nosso horizonte temporal se expandiu.

Em segundo lugar, ainda que o plano pressuponha intensa articulação com outros setores do governo, é desejável que haja forte concentração de metas em áreas nas quais o ministério responsável pela sua execução conte com um mínimo de instrumentos capazes de tornar factível seu cumprimento. Só assim o plano será crível em atender à demanda generalizada do setor privado por maior previsibilidade. Facilitar comércio, desburocratizar processos, elaborar agendas que apontem entraves e obstáculos cuja remoção afigura-se urgente, garantir boa articulação com o setor privado e a sua adequada representação em órgãos hierarquizados são metas “entregáveis”. Essas metas podem e devem obedecer a cronogramas. Não são objetivos de menor importância e, com certeza, se alcançados, serão valorizados.

Outros objetivos envolvem, necessariamente, graus diversos de articulação e de compromisso com outras áreas governamentais, cruciais para o comércio exterior: órgãos anuentes, agências governamentais, bancos oficiais e demais ministérios e secretarias, com destaque para a Receita Federal. O endosso dessas áreas ao plano é fundamental, mas a consecução de metas, menos garantida. Caberá, nesses casos, privilegiar esforços destinados ao atendimento de demandas consideradas fundamentais, como a redução do viés antiexportação dos impostos federais e a garantia de concessão de financiamento em bases competitivas. Nessas e em outras áreas, a elaboração de diagnósticos bem fundamentados, uma intensa articulação e um ativo papel de *advocacy* podem fazer a diferença.

É inimaginável que o comércio exterior não ocupe lugar central numa futura retomada da economia brasileira, que virá. Ele poderá ser obstáculo ou catalisador dessa nova etapa. Um plano realista e consistente, com horizonte de médio prazo, será portanto fundamental.



Ricardo Markwald
Diretor geral da Funcex

